



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 2/2023 – Sessão Ordinária de vinte e seis de abril de 2023

-----Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, no auditório da Casa da Cultura de Góis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal do Município de Góis. -----

-----Pelas dezoito horas a senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz, Presidente da Assembleia Municipal, declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão, tendo dado a palavra à senhora Primeira a Secretária, Aida de Jesus Garcia Martins Baeta, que procedeu à chamada: -----

-----**Presidente:** Maria Helena Antunes Barata Moniz (GCE “Independentes por Góis”);-----

-----**Primeira Secretária:** Aida de Jesus Garcia Martins Baeta (Partido Socialista);-----

-----**Partido Social Democrata:** -----

-----Nuno Miguel Almeida Alves Baeta; -----

-----Filomena Maria de Matos Geraldès;-----

-----José Ricardo Rosa de Carvalho;-----

-----Luís Virgílio de Abreu Afonso;-----

-----Dulce Maria Filipe Cruz;-----

-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta;-----

-----Adriana Flávia Amaro Martins Sanches.-----

-----**Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes por Góis”:** -----

-----José Carlos Rodrigues Garcia;-----

-----Amílcar José Barata Aleixo; -----

-----Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões;-----

-----Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão.-----

-----**Partido Socialista:** -----

-----Ricardo José Duarte Ventura;-----

-----Nuno Pedro Tavares Nascimento.-----

-----**Presidentes das Juntas de Freguesia:** -----

-----Alvares - Victor Manuel Fonseca Duarte (GCE “Independentes por Góis”); -----

-----Góis - Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira (Partido Social Democrata); -----

-----União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal - Carlos da Conceição Jesus (GCE “Independentes por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Góis"); -----

-----Vila Nova do Ceira - António Alberto Figueiredo Machado (Partido Social Democrata). -----

-----**FALTAS:** Não houve.-----

-----**Câmara Municipal:** -----

-----Registaram-se, pela Câmara Municipal, as seguintes presenças: -----

-----Presidente da Câmara: António Rui de Sousa Godinho Sampaio.-----

-----Vereadores:-----

-----Nuno Miguel Martins Bandeira; -----

-----José Alberto Domingos Rodrigues;-----

-----Graciano Antunes Rodrigues;-----

-----Bárbara Patrícia Correia Serra.-----

-----Havendo “quórum”, foi pela Segunda Secretária lida a Ordem do Dia, a saber:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----1. Aprovação da Ata nº 1/2023;-----

-----2. Informação sobre o expediente da Assembleia Municipal;-----

-----3. Apreciação de assuntos de interesse para o Município.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

-----1. Eleição do 2º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal-----

-----2. Apreciação e Votação da Proposta de Adesão da Assembleia Municipal de Góis à ANAM-----

-----3. Apreciação e Votação da Proposta de Extinção da Zona de Caça Municipal/Processo Nº2022/450.10.066/29 -----

-----4. Apreciação e Votação da Proposta do Novo Limite para a Paisagem Protegida Regional da Serra da Lousã-----

-----5. Apreciação e Votação da Prestação de Contas Individuais/Ano 2022-----

-----6. Conhecimento do Relatório e Parecer do Órgão de Fiscalização e Certificação Legal de Contas/Ano 2022-----

-----7. Conhecimento da Comunicação Periódica da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)/Autorização Prévia Genérica para a Assunção de Compromissos Plurianuais - Ano 2023-----

-----8. Conhecimento do Relatório da Atividade Municipal e da Situação Financeira da Câmara-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal -----
-----Público-----
----- ANTES DA ORDEM DO DIA: -----
----- 1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 1/2023 -----
-----Uma vez que todos os membros da Assembleia se encontravam na posse do exemplar fotocopiado da ata em epígrafe, previamente enviado para análise, foi dispensada a sua leitura, sendo de imediato submetida à apreciação.-----
-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata nº1/2023.-----
-----Em conformidade com o nº3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, os membros Nuno Miguel Almeida Alves Baeta e Ricardo José Rosa de Carvalho, não participaram na votação por não terem estado presentes na sessão a que a mesma respeita.-----
-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----
----- 2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----
-----A senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz informou que o expediente remetido à Assembleia Municipal que considera importante e relevante é encaminhado aos senhores líderes dos Grupos Municipais. -----
-----Referiu que a ANAM, em colaboração com a Porto Editora, elaborou um curso de Literacia Política e Cidadania, com o objetivo de apoiar a capacitação dos eleitos locais sobre os temas em causa. Este curso, em formato e-learning, foi pensado e direcionado sobretudo aos eleitos dos vários municípios que a ANAM agrega, mas também destinado ao público em geral, proporcionando o conhecimento indispensável para a relação entre eleitos e eleitores. Referiu que enviaram licenças de acesso gratuito ao referido curso, para distribuição aos membros dessa Assembleia, tendo sugerido que fosse entregue à Mesa e a um Representante de cada Grupo Político, pelo que oportunamente as mesmas serão remetidas.-----
-----Referiu que o Conselho Municipal de Segurança reuniu do passado dia 24.04.23, no qual a Assembleia Municipal tem assento, tendo a ordem do dia sido a eleição dos secretários da Mesa, apresentação de informação por parte da GNR relativamente à sinistralidade rodoviária, tendo para o efeito dado conhecimento dos números nos anos de 2020, 2021 e 2022, tendo os acidentes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mencionados ocorridos na EN2, havendo zonas deste percurso onde é frequente a ocorrência de acidentes, tendo sido sugerido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal a elaboração de uma comunicação a remeter à Infraestruturas de Portugal no sentido de analisarem a situação de forma a que haja uma solução para colmatar a mesma. Relativamente ao dispositivo operacional deu conhecimento do número de lugares existentes no posto de Góis. No domínio da criminalidade deu conhecimento do número de crimes nos anos de 2020, 2021 e 2022, tendo dado também conhecimento das situações de violência doméstica ocorridas nos referidos anos no concelho. Mais referiu que o serviço municipal de Proteção Civil apresentou também informação relativa ao número de ocorrências de incêndios e também os anos com maior área ardida 2001, 2013 e 2017, os anos com maior número de ocorrências 2005, 2009, 2012, 2016, 2017, os anos com maior número de reacendimentos 2016 e 2017, e no ano de 2022 as ocorrências mais relevantes foram apenas duas em Amioso Cimeiro e em Pião. Referiu ainda que também foi prestada informação sobre a vespa velutina, bem como as intervenções realizadas nesse âmbito tendo para o efeito dado conhecimento do número de intervenções, informando que o senhor Presidente da União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal sugeriu para que se apelasse à CIM RC para que as armadilhas que se encontram a ser distribuídas tivessem uma maior capacidade do que atualmente tem.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----3. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO-----

-----A senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu que iria dar a palavra aos membros do órgão deliberativo, informando que o senhor Presidente da Câmara Municipal usará da palavra sempre que forem dirigidas questões ao exercício da Câmara Municipal.-----

-----O senhor João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta saudou a FILVAR pelo concerto solidário que promoveu, bem como a Associação Educativa e Recreativa de Góis pelo 90º Aniversário do Ressurgimento da Filarmónica, saudações extensivas à Associação de Juventude de Vila Nova do Ceira. Referiu que esta Associação de Juventude dinamizou um torneio de FUTSAL, no pavilhão da Casa do Povo, iniciativa à qual se associaram pessoas do concelho e de concelhos limítrofes, entendendo que deverá existir neste tipo de eventos sinergias entre associações de forma a engrandece-los. Referiu que em conversa com o Presidente da Direção da A.J.VNC foi-lhe confidenciado ser seu desejo que num futuro próximo pudessem ter um espaço para instalar a sua sede pelo que lançou o repto à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesia e à Casa do Povo de Vila Nova do Ceira e também à Câmara Municipal no sentido de ajudarem esta Associação a cumprir o seu desejo.-----

-----Seguidamente questionou sobre a reunião realizada, no passado dia 24.04.23, com as famílias ucranianas residentes no nosso concelho e se estas já se sentem em casa no nosso município. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à questão colocada referiu não se ter tratado de uma reunião, mas sim de um jantar de confraternização com as famílias ucranianas acolhidas no nosso território no sentido de nos apercebermos se se sentiam integradas na nossa comunidade. Referiu ser do conhecimento de todos que o Município de Góis acolheu um número de refugiados ucranianos os quais na sua grande maioria encontram-se integrados em contexto de trabalho e escolar, existindo um jovem a frequentar a universidade, um dos casais residentes foram pais há pouco tempo, e um dos casais abriu um estabelecimento comercial na vila de Góis. Referiu ainda que foi feito um excelente trabalho por parte do Município de Góis para acolher com dignidade este número de refugiados que necessitavam de ajuda, não tendo até à data a Câmara Municipal sido ressarcida dos gastos despendidos com o acolhimento destes refugiados, uma vez que foi criado um fundo para esse efeito, o FAMI - Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, tendo a Câmara Municipal apresentado candidatura para o efeito por reunir todos os requisitos necessários sendo que ainda não recebeu qualquer importância financeira pois a verba do referido fundo se esgotou. Efetivamente houve contestação por parte de todos os Municípios que ficaram defraudados daquilo que eram as expectativas e que foi dito inicialmente por parte do Alto Comissariado que os municípios iriam ser ressarcidos das despesas que tinham, pelo que a Câmara Municipal a par com outros Municípios contestou pelo facto de não ter sido, ainda, ressarcido. Sobre os refugiados referiu que presentemente quem lida com estes vê que se sentem integrados elogiando o trabalho realizado pelos Técnicos da Câmara Municipal e por todas as pessoas que estiveram envolvidas neste processo.-----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus referiu que a convite da Freguesia que presidia à data, no ano de 2016, esteve presente no concelho de Góis o senhor Comendador Rui Nabeiro, o qual foi recebido nos Paços do Concelho e, posteriormente na atual União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal, tendo sido homenageado pelo seu espírito solidário, humanista e empreendedor, tendo feito uma breve alusão às relações das nossas gentes com o senhor Comendador Rui Nabeiro. Referiu que tendo o senhor Comendador falecido recentemente foi homenageado com um voto de Pesar pelo Executivo e pela Assembleia de Freguesia, tendo também ambos os órgãos se representado no ato



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fúnebre. Neste sentido e como homenagem a este Homem propôs que a Assembleia Municipal atribuísse um voto de pesar pelo seu falecimento.-----

-----Seguidamente fez referência aos incêndios ocorridos no ano de 2017, na União das Freguesias, nomeadamente às candidaturas realizadas para efeito de reposição de infraestruturas e ordenamento florestal as quais já se encontram em fase de conclusão, porém referiu parecer-lhe que irão ter mais penalizações dos factos ocorridos. Face ao exposto reiterou as suas palavras no que concerne à transferência de competências para as Freguesias, realçando que o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que este ato iria ser realizado no mês de junho do ano em curso, salientando que a Assembleia de Freguesia irá reunir no mês de junho, pelo que tratando-se de um assunto que carece de deliberação do órgão executivo e do órgão deliberativo questionou se ainda irá ser possível no presente ano celebrar a delegação de transferência de competências. Referiu que a sua insistência nesta matéria é pelo simples facto de ser importante e fundamental para a gestão do território, sabendo da vontade do Executivo de ter uma maior proximidade da União de Freguesias consciente das dificuldades pelo que é sua intenção colaborar em todas as situações que lhe sejam possíveis de colaborar. Contudo, reiterou a necessidade urgente da delegação de competências pelo simples facto de não poder estar só a fazer mais de 70 km de limpeza das vias e das aldeias, pelo que reiterou a sua questão de quando é que está prevista essa mesma delegação de competências.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu ser pertinente a proposta do senhor Carlos da Conceição Jesus porquanto o senhor Rui Nabeiro era uma figura ilustre e notável, tendo tido a oportunidade de privar com a sua pessoa aquando a sua visita a Góis, uma personalidade com quem muito se aprendia numa simples conversa. Neste sentido colocou o voto de Pesar à votação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do Voto de Pesar, manifestando à família total solidariedade e profundo pesar pela sua irreparável perda.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal primeiramente referiu que o senhor Presidente da União das Freguesias nas palavras que proferiu está ser um pouco injusto com a Câmara Municipal uma vez que não está “só” sabendo perfeitamente que a autarquia tem executado um conjunto de trabalhos, facto que pode ser confirmado pelo senhor Secretário do GAV, uma vez que foram realizados trabalhos na limpeza de estradas. Referiu ainda, que é do conhecimento do senhor Carlos da Conceição Jesus que no presente ano o procedimento das faixas de gestão será para a União das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesias. Sobre a delegação de competências referiu que o assunto não está esquecido, estando a ser tratado por uma jurista que tem uma prestação e serviços com a Câmara Municipal que se encontra a elaborar o processo, estando em falta o apuramento dos valores em termos financeiros para que, posteriormente, seja apresentada proposta ao Executivo das Freguesias para que se possam depois fazer os procedimentos subsequentes. Acrescentou que, caso haja necessidade de marcação de reunião e sessão extraordinária para delegação das competências serão tomados os procedimentos nesse sentido de acordo com o que está determinado legalmente e em junho do corrente ano se comunicar à DGAL quais as freguesias que aceitaram a proposta apresentada.-----

-----O senhor Luís Virgílio de Abreu Afonso felicitou o Município de Góis pela excelente receção aos Símbolos das Jornadas Mundiais da Juventude momento a que se associaram bastantes entidades e municípios, sendo que no âmbito desta iniciativa na última semana de julho, Góis receberá 100 jovens. De igual modo felicitou a organização da Feira do Livro pelo excelente programa com que brindou a 25ª edição deste evento, felicitações extensivas ao Agrupamento de Escolas de Góis pela organização da sua feira do livro intitulada “Semana das leituras, Encontro com as Artes”, com uma vasta programação destinada aos alunos. De igual modo felicitou a ADIBER que em parceria com o Município de Góis organizou a Feira do Emprego permitindo esta iniciativa aos jovens do concelho e dos concelhos limítrofes terem conhecimento de alguns cursos existentes no ensino secundário numa ótica de puderem vir a escolher o curso que mais se adapta à sua futura concretização profissional. ---

-----O senhor Amílcar José Barata Aleixo referiu ser do seu conhecimento que o senhor Presidente da Câmara Municipal tem conhecimento do estado de conservação de uma estrada em Chã de Alvares, entre a capela e o talho ali existente, a qual se encontra em bastante estado de degradação, podendo-se afirmar que está quase intransitável, solicitando que a sua requalificação seja num futuro próximo. Quanto a estradas florestais elencou algumas que carecem de limpeza, nomeadamente, Ribeira do Sinhel virada à barragem ao limite do concelho, até Carrasqueira, Foz de Alvares, Telhada, numa ótica de prevenção de incêndios florestais.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que efetivamente tem conhecimento do estado em que se encontra a referida estrada. Referiu que a Câmara Municipal nos últimos dias procedeu a intervenções em algumas vias, tendo sido gasto 100 toneladas de alcatrão, não sendo somente essa a estrada do concelho que necessita de ser intervencionada, estando a par com outras devidamente sinalizadas, para que brevemente seja intervencionada para reunir melhores condições

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de circulação. Em relação às estradas florestais referiu que a Câmara Municipal tem estado a fazer esse tipo de limpeza em todo o concelho, porém ainda há trabalhos que não se encontram efetuados sendo intenção a continuidade dos mesmos assim que haja oportunidade uma vez que não podemos ocorrer simultaneamente a todas as situações face à insuficiência de recursos materiais e humanos. Relembrou que são problemas que se arrastam há algum tempo pelo que não se pode fazer num período de tempo curto o que se prolongou a ser feito num período de tempo superior, estando a ser efetuados muitos trabalhos, dentro da disponibilidade da Câmara Municipal, no sentido de podermos colmatar as situações apontadas, reiterando a dificuldade existente em ocorrer simultaneamente a todas que carecem de resolução. Referiu que, no período da manhã do presente dia, esteve presente o senhor Ministro do Ambiente no nosso território para verificação dos trabalhos que têm sido realizados no âmbito da rede primária, tendo tido a oportunidade de comunicar algumas situações pertinentes. Entendeu que o senhor Ministro ficou sensibilizado quanto aos assuntos apresentados, nomeadamente no que concerne aos montantes financeiros disponibilizados pelos municípios, fazendo todo o sentido que estes sejam ressarcidos no sentido de poderem alavancar esse tipo de situações. -----

-----O senhor Nuno Pedro Tavares Nascimento solicitou ao senhor Presidente informação sobre o ponto de situação de colocação da motobomba em Alvares, porquanto se aproxima a época mais crítica dos incêndios rurais e a freguesia tem muitos problemas com o abastecimento de água aos veículos dos Bombeiros. Um outro assunto era sobre a situação de algumas estradas nesta freguesia, porém o senhor Presidente, no uso da palavra, procedeu aos devidos esclarecimentos.-----

-----O senhor Presidente referiu que na semana em curso já procedeu à assinatura do procedimento para que a motobomba seja colocada no local estabelecido, tendo para o efeito dado conhecimento ao senhor Presidente da Freguesia de Alvares.-----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu que o senhor Presidente na sua intervenção fez referência a que apenas se encontra no exercício das suas funções há dezoito meses e que já se fez alguma coisa e que havia muito por fazer que antes não se fez, referindo que quando alguém se candidata para assumir a presidência de uma autarquia tem que saber que tem que arcar com o que se fez e o que não se fez pelo anterior Executivo. Efetivamente é do conhecimento de todos o trabalho já realizado no presente mandato, parte do qual se encontra plasmado no Boletim Municipal, havendo sempre tendência por parte dos munícipes de querer mais e o mais célere possível. Referiu que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

finalmente a Praia Fluvial das Canaveias foi intervencionada ao nível da limpeza, havendo ainda alguns pormenores que entende que também devem ser intervencionados, realçando que este espaço de lazer deverá ser objeto de manutenção sempre que se justifique de forma a não chegar ao estado que chegou. Referiu que no curso do rio Ceira existe um açude localizado em Inviando o qual carece de intervenção no sentido de haver uma maior retenção de água em virtude de se perspetivar um verão bastante quente e a água ser insuficiente, pelo que solicitou que a Câmara Municipal intervenha junto das competentes entidades para repor o normal funcionamento desta represa. Referiu ser do seu conhecimento ter sido levado a efeito em Góis um workshop subordinado ao tema Potencial de Valorização da Biomassa Florestal no Concelho de Góis através de Pequenas Centrais de Biomassa, tendo-se apercebido ser intenção a instalação de pequenas centrais de biomassa como potenciadoras de melhor gestão florestal e prevenção de incêndio, pelo que solicitou informação nesta matéria. Mais referiu ser também do seu conhecimento que o Município de Góis é parceiro da Associação Empresarial da Serra da Lousã sendo objeto desta defender, promover e apoiar a comunidade empresarial dos oito concelhos da área geográfica da Serra da Lousã, entendendo ser bastante importante porquanto as empresas são importantes para a economia e desenvolvimento da nossa região, pelo que questionou se já houve algum trabalho junto das empresas. Referiu ainda ser do seu conhecimento que foi realizado um workshop sobre emprego e empreendedorismo pelo que questionou se no âmbito do mesmo foram criadas novas empresas e/ou a possibilidade de novas empresas se instalarem no concelho. Sobre o SIT-Flexi - Transporte a Pedido questionou se o mesmo tem tido afluência por parte dos munícipes no sentido de se ter conhecimento se já houve retorno face ao investimento feito. Sobre a cobertura digital no concelho referiu ser do seu conhecimento que a ANACOM já andou no terreno pelo que questionou quais os procedimentos tomados para que o concelho venha a ter uma melhor rede de telecomunicações.-----

-----O senhor Presidente primeiramente referiu que quem se candidata para ocupar o lugar que ocupa terá que ter a noção que irá ter muito trabalho, pelo que a sua pessoa não tem trabalhado pouco. Quanto à primeira questão referiu que no dia de hoje esteve em reunião com a APA relativa o EEA GRANTS relativamente à candidatura aos trabalhos a realizar no Rio Ceira para se ter conhecimento do ponto de situação dos trabalhos executados e a executar, sendo no caso de Góis a intervenção realizada no açude de Santo António a qual ainda não se encontra concluída, pois os trabalhos executados na margem esquerda ainda não se encontram finalizados, tendo sido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comunicado que no final do mês iriam retomar a obra para conclusão. Ainda nessa reunião houve reivindicação de alguns municípios para a existência de alguma verba para investir em açudes que necessitam de ser intervencionados. Referiu que a Câmara Municipal já remeteu à APA três projetos de açudes que necessitam de reparação, a qual terá que ser autorizada pela APA, mesmo que seja o município a fazer as devidas reparações, tendo na referida reunião abordado o assunto, assim como junto do senhor Ministro do Ambiente, tendo sido comunicado que iria ser aberta uma nova linha para intervenção nestes equipamentos. Ainda nesta matéria referiu que os Técnicos da APA já visitaram os açudes que carecem de ser intervencionados, tendo estes sido sinalizados junto da CIM RC, pelo que aguardamos porquanto se tratam de projetos financiados. Em relação à rede de telecomunicações concelhia referiu ter estado presente o senhor Presidente da ANACOM para ter conhecimento in loco das dificuldades com que diariamente somos confrontados ao nível das telecomunicações em algumas zonas do concelho, tendo sido efetuadas reuniões com todas as operadoras móveis no sentido de melhorar o acesso à rede móvel no concelho. Presentemente encontram-se a ser instaladas quatro antenas as quais poderão ser utilizadas por todas as operadoras esperando que venham a melhorar o acesso às telecomunicações. Em relação à Associação Empresarial da Serra da Lousã referiu ter sido celebrado um protocolo, bem como realizadas algumas ações tendo para o efeito sido contactados, porta-a-porta, os empresários concelhios, tendo essas mesmas ações tido uma reduzida assiduidade por parte destes, promovemos ações, porém os empresários terão que manifestar interesse em participar para que tenham mais informação sobre algumas matérias. Sobre emprego e empreendedorismo referiu que sempre que há consulta à Câmara Municipal relativamente à abertura de um novo negócio a autarquia tem colaborado e apoiado, tendo apresentado como exemplo o negócio que recentemente abriu na vila de Góis. Em relação ao SIT-Flexi referiu que naturalmente é uma mais valia para os habitantes do concelho se tivermos em conta a oferta de rede de transportes públicos do concelho, tendo desde a primeira hora tido o cuidado de este processo se desenvolver no nosso território, tendo para o efeito reunido com os taxistas de forma a explicar o funcionamento deste projeto e estes anuírem, realçando ter sido o Município de Góis dos primeiros concelhos a implementar este projeto, bem como estamos dentro dos primeiros concelhos a ter o quarto procedimento do SIT-Flexi, tendo-lhe sido reportado que o transporte tem tido uma procura mais assídua. Referiu que a implementação deste meio de transporte foi uma boa aposta porquanto o mesmo resulta. De seguida, deu a palavra ao senhor Vice-Presidente para esclarecer a questão da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

biomassa. -----

-----O senhor Vice-Presidente referiu que relativamente à biomassa o projeto que estava a ser executado era conjuntamente com a CIM RC e somente para imóveis municipais, os quais foram devidamente identificados, nomeadamente, a Residência de Estudantes e no edifício sede do Agrupamento de Escolas de Góis, estando os projetos aprovados e brevemente terão início os procedimentos para a execução dos trabalhos. No âmbito de uma candidatura à CIM RC iremos criar as comunidades de energias renováveis as quais além de edifícios públicos serão extensivas a edifícios privados, como empresas e IPSS's, tendo algumas destas últimas manifestado o interesse em participar neste projeto, a implementar em Góis e Vila Nova do Ceira com uma extensão de 4 km que poderá, em linha reta, abranger as duas sedes de freguesias. -----

-----Relativamente ao açude do Inviando à semelhança do ano transato serão realizados alguns trabalhos superficiais de modo a que a água seja encaminhada para as levadas de forma a que os proprietários dos terrenos possam regar os seus cultivos. -----

-----O senhor José Ricardo Rosa de Carvalho referiu que ontem durante a sessão comemorativa do 49º aniversário do 25 de abril ao ouvir um dos discursos proferidos apraz-lhe referir que foi preciso ter coragem para afirmar que agora falta tudo no nosso Concelho e no passado, bem recente, parecia ou davam a entender que estava tudo bem, não entendendo, talvez seja política, mas também não quer entender. -----

-----Seguidamente felicitou a União Progressiva do Colmeal pela organização do 6º Passeio Turístico "Rota das Colmeias", realizado no p.p. dia 26 de março, no qual participou, apresentando uma palavra de força a todos os envolvidos e que não deixem fazer acontecer. De igual modo felicitou o Município e os trabalhadores pela intervenção realizada na Ponte pedonal na localidade de Candosa, na União de Freguesias, sendo importante preservar o que de bom temos no nosso concelho. Ainda em matéria de infraestruturas de ligação lançou o repto ao senhor Presidente da Câmara Municipal para que quando houver possibilidade a ponte de Cortecega que liga as margens do Rio Ceira seja reposta. É por si sabido que existem outras prioridades, porém seria um ato de justiça para com os residentes desta localidade bem como de outras aldeias que em tempos utilizaram esta ponte para se deslocarem a outras localidades e que atualmente estão privados de o fazer há vários anos, tendo a certeza que se a sugestão for uma realidade no futuro esta infraestrutura irá valorizar esta aldeia e outras e fazer com que hajam mais alternativas aos caminhos pedestres existentes, havendo cada vez mais uma maior



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

procura destes. -----

-----Do que tem evidenciado dentro da nossa comunidade referiu que existem algumas atitudes que o têm deixado admirado ou até poderá dizer triste, deixando as mesmas ainda mais triste quando vêm de pessoas que tiveram responsabilidades políticas no nosso concelho e de outras que ainda hoje as têm. Quando ouvimos essas mesmas pessoas a dizer que gostam de Góis, que querem o melhor para Góis, o que presencio é que demonstram que querem é que tudo corra menos bem. Referiu ainda não se lembrar de Góis ter três obras tão importantes a decorrer ao mesmo tempo, nomeadamente, as intervenções de fundo que estão a ser alvo as estradas, da Portela de Góis-Casêlhos-Vila Nova do Ceira, a estrada de Góis a Carcavelos e também a estrada de São Martinho-Outeiro, questionando se alguém nesta Assembleia Municipal se lembra de algum acontecimento semelhante, reiterando a sua questão de quem dos mais experientes presentes nesta sessão se recorda. Mais referiu que não irá falar das obras que este Executivo iniciou e que se encontram terminadas pelo simples facto de que se o fizesse iria demorar bastante tempo, podendo efetivamente ter-se conhecimento das mesmas pelo Boletim Municipal. Relembrou a todos que este Executivo está em funções há um ano e meio. Contudo, muito existe para se fazer, pelo que transmitiu força ao senhor Presidente e a toda a sua Equipa.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação ao pedido referiu que a Câmara Municipal tem prioridades e quando for possível teremos que olhar para as intervenções que forem necessárias.-

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que um dos assuntos objeto de sua intervenção é o Estatuto do Direito de Oposição fazendo referência a que a Lei nº24/98, de 26 de maio, aprovou o Estatuto do Direito de Oposição. Referiu que no nº 1, do artigo 10º - Relatórios de avaliação refere de que *“O Governo e os órgãos executivos das Regiões Autónomas e das autarquias locais elaboram, até ao fim de março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da presente lei.”*, referindo o nº 2 do citado artigo que *“Esses relatórios são enviados aos titulares do direito de oposição a fim de que sobre eles se pronunciem.”* Contudo, referiu que até à data o Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis não recebeu o aludido relatório pelo que questionou se o mesmo foi elaborado e se, por qualquer lapso, o documento não foi remetido, caso o documento esteja elaborado solicitou que seja remetido o mais breve possível.-----

-----Relativamente à proposta de “isenção de pagamento de taxa nos primeiros trinta minutos de estacionamento na Praça da República, em Góis”, apresentada pelo Grupo de Cidadãos Eleitores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Independentes por Góis, em sede de reunião do Executivo, referiu que nas duas últimas sessões da Assembleia Municipal questionou sobre o ponto de situação deste assunto, nomeadamente quando o mesmo seria presente ao órgão deliberativo, em virtude de o documento ter sido objeto de deliberação da Câmara Municipal em 25.01.2022. Face à sua questão referiu ter obtido resposta do senhor Presidente que no final do ano transato teria havido um acrescido ao volume de trabalho decorrente da delegação de competências inviabilizando a possibilidade de o assunto ser presente em sede de Assembleia Municipal. No entanto, referiu que o senhor Presidente afirmou que o assunto seria presente na Assembleia Municipal a realizar no mês de abril, sendo do conhecimento de todos que o assunto não faz parte integrante da ordem do dia desta sessão. Neste sentido, questionou o que se passa com a referida proposta e quais os motivos para que os serviços técnicos não tenham ainda formalizado o processo a fim de ser submetido ao órgão deliberativo, porquanto realizadas trinta reuniões do órgão executivo, seis sessões do órgão deliberativo, é de difícil compreensão tanto pelos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, como pelos munícipes, do porquê de o citado assunto ainda não ter tido os procedimentos necessários para entrar em vigor. Apresentou as suas desculpas pela insistência em abordar o assunto em questão, porém entende ser importante ter conhecimento do porquê de este ainda não ter tido a resolução necessária a fim de os munícipes poderem efetivamente beneficiar da isenção da referida taxa, nos primeiros trinta minutos. -----

-----Seguidamente referiu que na Ata da reunião da Câmara Municipal de 28.03.23 pôde constatar que no âmbito do contrato celebrado entre o Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021 (EEA GRANTS 2014-2021), com vista à execução do Programa de Desenvolvimento - projeto 3 Gestão da Bacia do Rio Ceira adaptada às Alterações Climáticas e a Agência Portuguesa do Ambiente – APA, através da ARH Centro, pretende-se reabilitar um conjunto de infraestruturas socioculturais particulares ao longo do Rio Ceira as quais se encontram implementadas na área da União das Freguesias. Acrescentou que nessa reunião foi deliberado aprovar a minuta de protocolo a estabelecer entre os proprietários dos imóveis, o Município de Góis e a CIM-RC, tendo sido igualmente aprovados pelo Executivo os projetos de execução das obras de reabilitação das infraestruturas socioculturais do projeto PDP 3 - Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Ceira face às Alterações Climáticas, candidatado ao Fundo EEA GRANTS. Face ao exposto, questionou se os proprietários dos imóveis em questão já foram contactados, bem como se lhes foi explicado o processo e se os mesmos concordaram com as condições apresentadas, nomeadamente, a utilização dos imóveis por um período de vinte anos por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parte de do Município de Góis e da CIM RC os quais são renováveis e, caso seja renunciado por parte dos proprietários, estes terão de ressarcir os parceiros de candidatura do valor investido nos imóveis. A ser verdade questionou sobre a existência de um pré-acordo celebrado entre ambas as partes por forma a justificar o processo. Ainda sobre esta temática referiu ter ficado surpreendida que após o desaparecimento do Moinho da Cortada seja de interesse a sua reconstrução principalmente por estar localizado num local de difícil acesso, até mesmo via pedonal, o que na sua ótica fará com que o investimento neste imóvel fique acima da média em termos financeiros. Fez ainda referência à existência de um outro moinho, sita da Quinta, o qual foi destruído e arrastado pelas intempéries ocorridas há alguns anos, o qual tinha sido anteriormente reconstruído, sendo de fácil acesso, havendo registo fotográficos do imóvel, estando viva a pessoa que liderou todo o processo de reconstrução do imóvel, bem como também está viva a pessoa que procedeu à sua reconstrução, pelo que questionou quem foi a entidade que procedeu ao levantamento dos imóveis patentes em ata da Câmara Municipal, bem como qual o tipo de utilização que o Município de Góis e a CIM RC irão fazer dos referidos imóveis.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação ao Estatuto do Direito da Oposição referiu que oportunamente o relatório anual do Direito à Oposição será facultado. Em relação à proposta isenção da taxa nos primeiros trinta minutos do parquímetro, referiu que, naturalmente, não é do seu agrado que ainda não tenha sido presente ao órgão deliberativo, salientando que também não integrou a ordem do dia desta sessão porquanto os serviços ainda não conseguiram até à presente data ter o trabalho completamente realizado. É um facto, que poderia ter sido presentemente somente a alteração à referida taxa, contudo existem alterações a outras taxas, acrescendo a este facto que o serviço de contabilidade atualmente está reduzido a uma Técnica Superior, porquanto a outra Técnica está de licença de maternidade, existindo um conjunto de trabalhos no final do ano transato e até à data não permitiu que o assunto reunisse as condições para ser deliberado, a par com o aumento de procedimentos no âmbito da transferência de competências. Referiu que irá fazer os possíveis e os impossíveis para que na próxima sessão o assunto seja presente para deliberação. Em relação à questão do EEA GRANTS referiu que o Município de Góis é parceiro tendo os imóveis sido identificados, sendo que se estes foram objeto de aprovação e os proprietários já terão sido contactados porquanto todos os procedimentos têm regras que terão que ser explicadas às partes intervenientes no processo, pelo que se for intenção oportunamente poderá dar conhecimento dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

procedimentos tomados em todo este processo. -----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura referiu que tal como se comprometeu, na última sessão da Assembleia Municipal, apraz-lhe apresentar uma reflexão e uma análise mais aprofundada relativamente ao Boletim Municipal. Referiu que em termos gráficos está bastante apelativo tendo para o efeito felicitado os serviços técnicos da Câmara Municipal, sendo que em termos de conteúdo esta publicação deixa muito a desejar e apresenta muito pouco, ou seja, alguns eventos realizados, nenhum que seja novidade em Góis, muitos muros e valetas arranjados, de resto tudo muito pouco relevante. Face ao exposto, questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal onde é que estariam as grandes obras, a apresentação de grandes projetos, as medidas de apoio aos jovens, propostas concretas para a habitação, os apoios às empresas, as medidas de captação de novos investimentos, as propostas para reverter o estado de saúde em Góis, as medidas para melhorar a educação, incentivos ao turismo. Muitos afirmam que ainda só estão cá há um ano e meio, nós afirmamos que já cá estão há um ano e meio. Porém, ainda acalenta a esperança que o senhor Presidente da Câmara Municipal, numa próxima sessão da Assembleia Municipal, informe claramente qual a estratégia deste Executivo para desenvolver Góis. Numa ótica do princípio do pluralismo e do equilíbrio de tratamento questionou a possibilidade de numa próxima edição do Boletim Municipal todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal possam ter um espaço para apresentação de uma intervenção.-----

-----De seguida, questionou o senhor Presidente se confirma ou se teve conhecimento de algumas situações que envolvem o senhor Secretário do GAV/Encarregado dos serviços externos da Câmara Municipal, nomeadamente situações de perseguição aos funcionários da Autarquia tendo, inclusivamente um trabalhador mencionado que se suicidava se o mesmo continuasse com algumas atitudes. A ser verdade é para nós uma situação muito grave. Também lhe chegou informação de ameaças para parte do senhor Secretário do GAV à integridade física de um comerciante de Góis.-----

-----Sobre a Zona Industrial de Vila Nova do Ceira questionou se todos os lotes já se encontram entregues a empresas, e caso seja afirmativa a resposta à sua questão, se já há previsão para expansão desta zona para criação de mais lotes. Mais solicitou informação sobre a reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais em virtude de se aproximar o período mais crítico do ano relativamente a incêndios rurais. -----

-----Por último, salientou a realização de diversos eventos como a participação do Município na BTL,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a Feira do Livro, a Clássica Aldeias do Xisto em Ciclismo, do Raid Todo o Terreno do Góis Moto Clube, e da Feira de Emprego e Formação Profissional promovida pelo CLDS e a ADIBER. Salientou, também a celebração do 49º aniversário do 25 de abril, data importante no nosso calendário que merece uma reflexão sobre a importância da liberdade e da democracia. Concluiu a sua intervenção destacando o grande evento desportivo do ano o Rally de Portugal, cuja especial no nosso território terá lugar no dia 12 de maio, onde, mais uma vez, o nome de Góis irá correr o mundo inteiro.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação aos comentários feitos ao Boletim Municipal referiu não tecer qualquer comentário uma vez que presentemente há Boletim e anteriormente não havia o que, provavelmente, poderá causar alguma confusão. Referiu ainda que atualmente já existe uma Estratégia Local de Habitação, na área da saúde estamos para receber a delegação de competências nesta área, contudo o que o Município poderá fazer nesta área é muito pouco, caso o senhor Ricardo José Duarte Ventura esteja informado o que irá ser recebido é o trabalho, e não a capacidade de poder inverter alguma coisa, facto que compete ao governo, porquanto os municípios não irão ter essa capacidade. Acrescentou que a área da saúde o preocupa pelo que informou que existe uma cidadã estrangeira a residir no concelho, médica de clínica geral, tendo tido a oportunidade de a interpelar no sentido de ter conhecimento da sua disponibilidade em exercer a sua atividade profissional no nosso concelho, precisamente para podermos melhorar o número de profissionais ao serviço da nossa população, tendo a resposta sido afirmativa. Neste sentido, referiu ter tido como procedimento contactado a ARSC e o ACESPIN a fim de ter conhecimento se estas entidades poderiam interceder em todo este processo, tendo para o efeito exposto as démarches tomadas. Ainda em matéria de saúde deu conhecimento do contacto feito à sua pessoa pelo Adjunto do Ministro da Saúde relativo à transferência de competências porquanto as mesmas ainda não foram aceites pelo facto de haver uma posição conjunta por parte dos Municípios da CIM RC, ou seja, as mesmas somente serão aceites quando estiverem salvaguardadas um conjunto de situações. Referiu ainda que no decorrer da conversa deu conhecimento da situação da médica e solicitou que interviesse no processo tendo para o efeito remetido a documentação solicitada para esse mesmo efeito. Face ao exposto, referiu que se preocupa com o estado de saúde do concelho, porém não está nas suas mãos fazer as mudanças que o membro desejava, mas que também não foram conseguidas no passado, pelo que agora também não iremos conseguir porquanto não depende só de nós. Em relação à Educação referiu que na reunião da Câmara Municipal, a realizar amanhã, o Município irá voltar a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

manifestar a intenção de voltar a ter o ensino secundário, referindo que no passado ano não foi possível pelo facto de a DGEstE não o desejar, apesar de ser possível o ensino secundário não foi possível, iremos ver se no próximo ano letivo será uma realidade de forma a potenciar a vinda de alunos de outros concelhos.-----

-----Em relação à questão sobre o senhor Secretário do GAV referiu ser uma pessoa a quem confia a 100%, desconhecendo qualquer das situações apresentadas de perseguição, suicídio, não estando o membro que usou da palavra certamente a falar do passado, não se revendo nas palavras proferidas, nem acredita. Referiu que o senhor Secretário do GAV em alguns momentos se possa enervar com algumas situações e, provavelmente, com razão, sendo algumas do seu conhecimento e que são motivo de nervosismo. Acrescentou que temos que olhar para o trabalho positivo e não para uma ou outra posição que possa ocorrer com qualquer um de nós, somos humanos e também temos limites.-

-----Em relação à Zona Industrial de Vila Nova do Ceira referiu a existência de um lote que ainda não está ocupado, sendo intenção no futuro de ampliar esta zona industrial. Quanto à reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais referiu que irá remeter informação com os assuntos abordados na mesma.-----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte referiu que o senhor Presidente no uso da palavra fez referência à Estratégia Local de Habitação, podendo-se constatar nas últimas semanas que os órgãos de comunicação social comunicaram que têm sido aprovados vários projetos nomeadamente apoios para novas construções a custos controlados e favoráveis para fixação de população. Referiu a existência de autarquias a adquirirem prédios devolutos para serem colocados no mercado numa ótica de dinamizar a fixação de pessoas, ou seja, se mais oferta houvesse neste campo mais pessoas se fixariam no nosso território. Pelo que questionou se neste âmbito existe já alguma coisa delineada para o nosso concelho. Um outro assunto que desejava ter conhecimento era sobre o ponto de situação da revisão do PDM.-----

-----O senhor Presidente em relação à habitação referiu ter havido um procedimento onde foram sinalizadas por parte da Câmara Municipal um conjunto de habitações que carecem de intervenção, umas que se podem realizar com alguma celeridade, outras que se adquirem e são disponibilizadas por um período de vinte anos com a devida autorização dos seus proprietários. Referiu que a verba que foi sinalizada para eventualmente se investir no concelho de Góis são 3,7 milhões de euros, tratando-se de um procedimento em curso, contudo existe um conjunto de questões que não se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

encontram definitivamente afinadas, sendo um procedimento que terá que estar concluído no ano de 2026 trazendo alguma responsabilidade aos Municípios que não conseguirem concretizar. Em relação à revisão ao PDM referiu ter estado agendada uma reunião para o dia 19.04.23 tendo a mesma, por fatores externos à Câmara Municipal, sido reagendada para o dia 28.04.23, tendo sido realizada uma reunião interna para se limar algumas dúvidas existentes, porém trata-se de um processo que não depende somente da Câmara Municipal o que naturalmente não nos permite avançar tão rapidamente quanto o desejável, tendo em conta os constrangimentos que o documento não aprovado traz ao concelho.-----

-----Dada a palavra o senhor Victor Manuel Fonseca Duarte referiu que prevendo-se um investimento de 3,7 milhões de euros para o concelho questionou o que é que a Freguesia de Alvares poderá fazer nesta fase do processo.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que foram pela Autarquia sinalizadas algumas habitações, contudo trata-se de um processo que poderá sofrer algum tipo de alteração no número de habitações, sendo que a partir do momento que é celebrado o contrato o imóvel terá que se intervencionado, disponibilizando-se para falar sobre o assunto numa ótica de ter conhecimento se existem mais habitações que poderão ser sinalizadas na freguesia que preside.-----

-----O senhor Nuno Miguel Almeida Alves Baeta iniciou a sua intervenção lamentado que a senhora Presidente não tenha parado com a intervenção do senhor líder da bancada do PS, sendo que o ataque vil baseado em boatos a uma pessoa concreta, aqui especificada, é para si, e para o seu Grupo, de uma tristeza, pelo facto de em primeiro lugar não se deve acusar ninguém baseado em boatos. Em segundo lugar, não se ataca ninguém publicamente, alguém que foi nomeado, empresário que exercia as suas funções confortavelmente, podendo auferir um melhor salário, tendo optado por se dedicar à causa pública. Quando falamos que a democracia está tão pobre é também pelo facto de os autarcas a tornam pobre. Sendo triste que no dia de ontem ter sido comemorado os valores da democracia e hoje nos esquecemos dos valores conquistados, salientando que a liberdade termina quando começa a do outro, pelo que apresentou uma palavra de muito apreço ao Encarregado e a toda a sua Equipa dos serviços externos, porquanto nestes últimos 18 meses já se veem diferenças, Góis está cuidado e pensado não somente para quem nos visita, mas também para os grandes corajosos que habitam neste concelho do interior. Com as suas palavras referiu desejar que a senhora Presidente da Assembleia Municipal tenham um pouco mais de sensibilidade que quando no uso da palavra se mencionam



-----Seguidamente fez alusão ao 30º Raide TT organizado pelo Góis Moto Clube apresentando felicitações pela promoção de uma prova nacional e pelo facto do impacto que estas iniciativas têm no nosso comércio ao nível da hotelaria e restauração. Apresentou um forte abraço corajoso ao Bernardo Vieira pela sua participação na Taça do Mundo de Paraciclismo, em Itália. Fez ainda alusão à Clássica Aldeias do Xisto em que a prova terminou na Aldeia do Xisto de Aigra Nova o que sem dúvida é uma mais valia para a promoção do nosso concelho. -----

-----Sobre a insistência do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis relativa à isenção da taxa em trinta minutos do funcionamento do parquímetro, Praça da República, em ser presente à Assembleia Municipal, em que nada tem a opor, lembrou que a mesma foi aprovada por maioria pelos senhores Vereadores do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis e PS, lembrando ainda que o equipamento foi colocado no local fruto da requalificação a Praça da República e ruas adjacentes numa obra realizada pelo Executivo do PS, evidenciando que neste local a prioridade é do peão e não das viaturas, conforme sinalética existente, porém continuam a insistir em atualizar taxas, não sendo preocupação o cerne da questão. Neste sentido questionou os Vereadores do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis e do PS se aquando a aprovação da referida taxa qual o fundamento para a proposta de alteração da mesma, consubstancia-se nos dez cêntimos de isenção,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bem como qual o resultado da receita do ano transato, bem como qual o feedback dos comerciantes locais, pelo que reiterou a sua questão sobre a fundamentação para a isenção dos primeiros 30 minutos para melhor poder refletir aquando a presença deste assunto, em sede de Assembleia Municipal, para deliberação. -----

-----Sobre o SIT-Flexi referiu que foi o presente Executivo que fez com que este projeto prosseguisse, realçando que deve haver uma maior divulgação do mesmo, apelando à solidariedade das freguesias para se associarem à sua difusão junto da população, porquanto maioritariamente a população é envelhecida, e não será fácil, através dos meios digitais, a mesma obter informação sobre o transporte a pedido, salientando a importância das Freguesias para o sucesso de todos os programas.-----

-----Terminou fazendo referência ao SNS 24, balcão em funcionamento na sede da freguesia de Alvares, e presentemente já todos ouvimos a ambição deste Executivo, ou seja, reabrir a extensão e saúde existente nesta freguesia, uma vez que se encontra encerrada há longo tempo por falta de médico. Questionou quais os procedimentos tomados pela Freguesia de Alvares junto dos seus fregueses para usufruírem do SNS 24, porquanto consultado o site desta autarquia não existe qualquer informação nesta matéria, pelo que reiterou que as freguesias são a ponte do sucesso para que estes programas cheguem aos munícipes. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que no uso das suas competências irá permitir que todos os membros do órgão deliberativo no uso da palavra se expressem livremente porquanto foi isso que o 25 de abril nos trouxe e é isso que vamos querer sempre, pelo que desde que o façam de uma forma correta e com civismo numa linguagem correta que foi o que fez o membro Ricardo José Duarte Ventura no uso da palavra, salientando ser responsável pelas palavras que proferiu. Reiterou a sua posição de que irá permitir sempre que os membros desta Assembleia Municipal se expressem desde que o façam com dignidade. De seguida, em defesa da honra deu a palavra aos membros Ricardo José Duarte Ventura e Victor Manuel Fonseca Duarte.-----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura referiu que desejaria que a benesse temporal dada ao senhor líder de bancada do PSD no uso da palavra, numa próxima oportunidade, seja também extensiva a outros membros. Relativamente à questão, referiu concordar com o senhor líder de bancada do PSD, i.e., para se fazer acusações são necessárias provas, entendendo que foi muito claro na sua intervenção e no que disse, ou seja, questionou o senhor Presidente se confirmava ou se tinha conhecimento de determinadas situações. Referiu que somos abordados na rua por diversas situações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e também nos questionam diversas informações, pelo que não sendo trabalhador da Câmara Municipal, a serem verdade estas questões com o senhor Secretário, a sua pessoa não presenciou, não tem provas, e também que fique bem claro que não acusou ninguém, única e exclusivamente questionou educadamente o senhor Presidente se tinha conhecimento destas situações.-----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte desejaria questionar o senhor líder da bancada do PSD se tem conhecimento do trabalho da freguesia de Alvares, uma vez que nas assembleias de freguesia o assunto tem sido discutido, facto que entende que o próprio não tem conhecimento por não estar presente nessas sessões, não sendo também do seu conhecimento se também tem conhecimento do que se passa no terreno para que possa fundamentar essa sua informação do empenho ou não da Junta de Freguesia na utilização do SNS 24, contudo poderá certamente informar esta Assembleia. ---

-----O senhor Presidente em relação à questão apresentada pelo senhor Ricardo José Duarte Ventura questionou se a sua pessoa tinha conhecimento das situações que apresentou, referindo que não tem conhecimento nem nunca ninguém o informou que estava a ser perseguido pelo senhor Secretário, que se suicidava ou que o mesmo teria posto em causa a sua integridade física, certamente se o fizesse teriam que apresentar provas, reiterando as suas palavras de não ter conhecimento de nenhuma dessas situações.-----

-----Dada a palavra o senhor Carlos da Conceição Jesus referiu que na sequência de se ter falado do projeto do EEA GRANTS no nosso concelho apraz-lhe mencionar ser inaceitável a recuperação de alguns moinhos sendo exemplo disso o moinho da cortada realçando o facto de ter sido escolhido, provavelmente, por alguém que desconhece o território, porquanto não reúne quaisquer condições. Quando é atribuído ao Município de Góis 3,7 milhões de euros para recuperação/aquisição de imóveis no concelho lamenta que as Juntas de Freguesias não sejam chamadas para se pronunciarem nesta matéria. Referiu que a União das Freguesias colabora na promoção de iniciativas por parte das coletividades do seu território sendo exemplo disso a Rota das Colmeias.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. ELEIÇÃO DO 2º SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que nos termos da legislação em vigor será necessário eleger um novo Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, pelo que questionou os Grupos Municipais se teriam propostas a apresentar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O líder da bancada do PSD referiu que o seu Grupo não teria qualquer proposta a apresentar.----

-----O senhor Líder da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis apresentou como proposta o elemento da Assembleia Municipal Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões.-----

-----O líder da bancada do PS referiu que o seu Grupo não teria qualquer proposta a apresentar.-----

-----Posto à votação, por escrutínio secreto, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dez votos a favor, cinco contra, e quatro em branco, eleger a senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões como Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal. -----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte felicitou a senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões pela sua eleição para 2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal. Referiu que se fala tanto em democracia, contudo apraz-lhe lamentar o facto do partido com maior representação nesta Assembleia abdicar de um lugar na Mesa da Assembleia Municipal, com a dignidade que tem o órgão está constituído, mas de facto pensa que também é um momento triste na nossa democracia local.-----

-----O senhor Nuno Miguel Almeida Alves Baeta desejou os maiores sucessos à recém eleita para a Mesa da Assembleia Municipal fazendo votos para que os trabalhos corram no seguimento do que tem corrido com um ambiente sereno e correto. Respondendo à acusação que lhes foi feita referiu que o PSD foi o partido mais votado para a Assembleia Municipal de Góis não prescindiu de nenhum lugar da Mesa, o PSD concorreu e não foi o vencedor infelizmente ao lugar que corresponde na Mesa que seria a Presidência que era a que tínhamos em posse e cujo o partido mais representado deve estar.-----

-----Dada a palavra o senhor Victor Manuel Fonseca Duarte referiu que a democracia é de quem ganha, é das maiorias, é da oposição, pelo que esta Assembleia reflete a vontade dos Goíenses, não reflete a vontade do PSD, mas sim a vontade dos Goíenses porquanto fizeram que o PSD não tivesse maioria nesta Assembleia, pelo que não vê o ponto de vista democrático.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal felicitou a senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões fazendo votos de um bom trabalho no exercício das suas funções.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESAO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS À ANAM – A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Assembleia Municipal na sessão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ordinária de 23.02.23 deliberou aprovar a proposta de recomendação à Câmara Municipal para Adesão da Assembleia Municipal de Góis à Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM). Nesse sentido foi a mesma remetida à Câmara Municipal e presente em sede do executivo em 11.04.23 que deliberou a adesão da Assembleia Municipal de Góis à ANAM, com uma quota anual de 675,00€, tendo também deliberado designar como representante do Município de Góis a senhora Presidente da Assembleia Municipal.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a adesão da Assembleia Municipal à ANAM.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão pelo período de 10 minutos, tendo a sessão reiniciado pelas 20.10.horas-----

-----**3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EXTINÇÃO DA ZONA DE CAÇA MUNICIPAL/PROCESSO Nº2022/450.10.066/29** – Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia onze de abril de dois mil e vinte e três, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que pela análise ao documento é pretensão que se extinga a zona de caça municipal gerida pela Câmara Municipal para que a competência da gestão da mesma seja efetuada pela Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho de Góis, sendo com a mesma designação e área, questionando o senhor Presidente da Câmara Municipal se é nesta ótica que a Assembleia Municipal se terá que pronunciar.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o assunto foi presente à Assembleia Municipal porquanto o ICNF solicitou uma vez que não existe uma norma expressa que determine a necessidade dessa aprovação pelo órgão deliberativo. -----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que da análise realizada ao documento também lhe suscitou algumas dúvidas pelo que questionou se efetivamente será extinta a zona de caça municipal com o processo inicial que foi criado através da Portaria n.º 426/2003, Nº3274 ou apenas é extinta a gestão da zona da caça municipal pela Câmara Municipal. Partindo do princípio que neste processo somente terminará a gestão da Câmara Municipal passando a ser feita pela Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho de Góis, questionou se o pedido de gestão desta zona de caça municipal poderá ser requerido por uma outra entidade, ou seja, por um outro Clube de Caçadores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acrescentou ser do seu conhecimento a existência de uma outra zona de caça municipal, nomeadamente na margem esquerda do Rio Ceira, na área extinta da ex freguesia do Colmeal, através de contrato celebrado com a Comunidade dos Baldios do Colmeal, existindo uma outra zona de caça turística na ex freguesia do Cadafaz. Manifestou a sua surpresa com a deliberação da Câmara Municipal porquanto há um ano atrás, foi aprovado e celebrado um protocolo de cooperação com a Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho de Góis, cuja justificação apresentada foram as mesmas dificuldades de gestão agora enunciadas por parte da Câmara Municipal, passando aquela Associação a gerir a zona de caça municipal, pelo que questionou o motivo de nessa altura não se ter optado já por esta solução e se futuramente também é pretensão da Câmara Municipal passar as concessões de pesca que existem.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que iria dar a palavra ao senhor Vice Presidente para esclarecimento das questões apresentadas. -----

-----O senhor Vice Presidente em relação ao protocolo celebrado com a Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho de Góis referiu que efetivamente o assunto foi presente ao Executivo, mas nunca teria sido presente à Assembleia Municipal, pelo que o presente Executivo deu continuidade a esse processo e somente mais tarde junto do ICNF e da Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho de Góis é que fomos confrontados com alguns problemas que a referida gestão por parte do município nos poderia trazer, ou seja, as despesas e os encargos seriam sempre da responsabilidade da Câmara Municipal, tendo explicado, pelo que foi optado pelo Executivo a extinção da zona de caça municipal transferindo-a diretamente para a Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho de Góis. Sobre os exemplos apresentados pela senhora Elisabete Ascensão referiu que o proprietário dos terrenos poderá naturalmente concessionar o mesmo, não impedindo que nesse fosse feita uma zona de caça turística. Referiu que a Câmara Municipal tem este compromisso com o ICNF pelo que quando o pedido der entrada nesta Entidade a Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho de Góis, na mesma data, fará o pedido de uma nova zona de caça, sendo esta a tramitação do processo em questão. No entanto, ressaltou que poderá ser apresentado um outro pedido para uma outra nova zona de caça, estando este sujeito à autorização por parte de todos os proprietários que a nova área irá abranger. Relativamente à concessão das zonas de pescas referiu que o processo está a ser tratado no sentido de se protocolar sem que a concessão seja transferida.-----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus referiu que algumas das suas dúvidas nesta matéria já foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esclarecidas pelo senhor Presidente. Contudo, referiu que outras situações devem também ser esclarecidas, i.e., no dia 25.03.23, a Assembleia de Compartes do Colmeal reuniu tendo ficado preocupado quando um dos assuntos abordados foi o arrendamento de uma área de cerca de 1100 ha tendo para o efeito apresentado uma breve explanação sobre o assunto. Reiterou a sua preocupação sobre a preservação da fauna e da flora naquele território, bem como a zona reservada em sede de Assembleia de Compartes para uma Associação de Caçadores fora do concelho, bem como uma zona para implementação de Colmeias, tendo para o efeito explicado, pelo que espera que as entidades que tenham que emitir parecer o façam desfavoravelmente tendo em conta os constrangimentos que algumas dessas implementações trarão ao território conforme elencou, porquanto, provavelmente estaremos a hipotecar as gerações futuras.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que as palavras do senhor Carlos da Conceição Jesus não incidem sobre o assunto em análise, mas sim de um procedimento que se encontra a desenvolver na União das Freguesias de cedência de uma área para exploração por parte de uma empresa, não tendo o município sido consultado para a emissão de qualquer parecer, mas sim foi dado conhecimento de alguns procedimentos que estão a ser tomados.-----

-----O senhor Amílcar José Barata Aleixo referiu que a sua posição em relação ao presente assunto é favorável, referindo que algumas das dúvidas que teria quanto ao assunto já se encontram esclarecidas. Trata-se de um processo que trará alguns custos, como a anulação de escrituras e uma nova escritura, bem como alteração às placas identificativas existentes. Questionou se nesta nova zona de caça a proprietária continuará a ser a Câmara Municipal cabendo única e simplesmente a gestão à Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho de Góis, questão à qual obteve uma resposta afirmativa por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal. Neste sentido, referiu ser importante que a Câmara Municipal faça entender à Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho de Góis que tem de garantir os direitos dos proprietários e residentes quanto à caça e também aos prejuízos feitos pela caça. Mais questionou se a presente cedência será definitiva e/ou temporária. Acrescentou que entende que ao anular-se um processo e ao criar-se um novo legalmente é obrigatório um ano de carência. -----

-----O senhor Vice Presidente referiu que a única coisa que irá ser alterada é o número identificador da zona de caça municipal, referindo ainda que terão que ser colocadas na zona em questão novas placas. A extinção desta zona reverte sempre para a atual entidade gestora, neste caso o Município de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Góis.-----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte referiu que tratando-se a entidade em questão Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho de Góis apraz-lhe apresentar uma questão sobre as trutas porquanto há já algum tempo que a Ribeira do Sinhel não é repovoada pelo que questionou se há alguma previsão nesta matéria.-----

-----O senhor Presidente sobre a questão referiu que o Município de Góis apresentou uma candidatura do Parque da Monteiro – Ciclo das Trutas à Turismo de Portugal no sentido de aproveitamento de uma verba de uma outra candidatura cujo projeto não foi implementado dentro do prazo, tendo para o efeito dado os devidos esclarecimentos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a extinção da Zona de Caça Municipal de Góis, processo número 3274-ICNF, com a finalidade de permitir a criação de uma nova zona de caça municipal na mesma área cinegética, denominada Zona de Caça Municipal de Góis, cuja transferência de gestão será requerida pela ACPG-Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho de Góis, entidade com a apetência.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO NOVO LIMITE PARA A PAISAGEM PROTEGIDA REGIONAL DA SERRA DA LOUSÃ** – Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia onze de abril de dois mil e vinte e três, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que foi feita uma revisão à área da paisagem protegida de Góis tendo sido considerado integrar a área da rede natura 2000, pelo que a nova proposta de redefinição no Município de Góis corresponde a uma área de 4267,34ha. -----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura referiu que a proposta de redefinição da Paisagem Protegida Regional da Serra da Lousã é um assunto de suma importância, sendo que a inclusão na nova área com um enorme potencial, com muito património natural e cultural, na rede de áreas protegidas irá permitir aos municípios envolvidos a implementação de um novo modelo de gestão territorial adequando às finalidades de salvaguarda da paisagem da serra da Lousã, evidenciando que com este novo limite o Município de Góis será o que terá maior área geográfica, pelo que a presente proposta terá o aval positivo da bancada do PS. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte referiu que o parcelar da Câmara Municipal no enquadramento do presente assunto faz uma abordagem aos Municípios que integram a Agência para o Desenvolvimento da Serra da Lousã (ADSL), porém posteriormente é feita referência a outros Municípios pelo que solicitou os devidos esclarecimentos. Mais referiu que quando se faz referência à área de Vila Nova do Ceira é sabido a existência de zonas de difícil legalização porquanto integravam a Rede Natura pelo que questionou se estas situações já foram ultrapassadas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que em relação à segunda questão não houve qualquer alteração, sendo que quanto à questão dos Municípios referiu que quando o assunto foi presente ao Executivo nem todos os Municípios ainda não se teriam pronunciado nesta matéria.-----

-----O senhor Vice Presidente referiu que na freguesia de Vila Nova do Ceira a área em questão está integrada na rede natura onde foram excluídas as áreas urbanas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o novo limite para a proposta de Paisagem Protegida Regional da Serra da Lousã.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS/ANO 2022-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia onze de abril de dois mil e vinte e três, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia Referiu que da análise efetuada ao documento ressalta à vista o saldo negativo, facto que em qualquer instituição, pública ou privada, não é de todo agradável, sendo que na sua ótica este resultado seria de fácil resolução para se inverter o resultado apresentado, uma vez que o que ficará na história da Câmara Municipal são os resultados negativos e, naturalmente, também os positivos. Referiu que no quadro referente à imputação dos gastos – bens/serviços de cultura o valor associado às atividades diversas é significativo o que no seu entender poder-se-ia ter reduzido o valor associado a essas atividades, realçando também o valor afeto ao apoio a Associações, Ranchos, Comissões e Grupos, entendendo que também, provavelmente, poderia ter também havido um melhor controlo nos gastos nestes apoios. Fez referência ao quadro referente à imputação dos gastos – bens/serviços de desporto, recreio e lazer onde é visível um valor avultado relativo às Festas do Concelho provavelmente por causa dos artistas que animaram o programa, realçando a existência



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Municípios vizinhos que abdicaram das Festas do Município com o intuito de poupar para poderem investir em necessidades prioritárias no concelho. Referiu a existência de alguns gastos em algumas atividades que efetivamente poderiam ser reduzidas para que aquando a apresentação da prestação de contas o saldo não fosse negativo. Mais referiu a existência de custos fixos que naturalmente não poderão ser alterados, sendo exemplo disso as despesas com o pessoal e outros bens, devendo sim haver um melhor planeamento em outras atividades, como festas, de maneira a que haja um menor custo nas despesas afetas às mesmas, não querendo com as suas palavras referir que se deve optar pela não realização destas, mas sim fazê-las com um menor custo. Acrescentou do que conhece da filosofia do PSD nacional é pensado primeiramente em criar riqueza para que posteriormente a possa investir e não ao invés de muitos partidos que primeiramente gastam e depois pensam em como pagar essa mesma despesa. É um facto que não há muita receita, existindo a mesma é por causa de impostos sendo um sinal positivo reflexo da existência de residentes no concelho, o que naturalmente é bom. Face às suas palavras referiu que apenas são uma reflexão no que concerne a alguns gastos mais substanciais, realçando que não deve o senhor Presidente da Câmara Municipal referir que já o Executivo anterior teve também na apresentação no documento em causa um saldo negativo, mas sim deverá efetivamente fazer referência ao que sabe fazer muito bem, uma vez que o resultado apresentado não foi por assim o querer, porém entende que deverá existir um melhor planeamento de algumas despesas para que os resultados no futuro possam ser positivos. Face às suas palavras referiu que iria abster-se na votação do presente documento, não por causa dos números apresentados, mas sim pela forma como algumas das verbas patentes no documento são gastas porquanto deveria, no seu entender, haver uma melhor gestão das despesas, uma vez que o que irá ficar na história é o prejuízo da Câmara Municipal no ano de 2022.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se tivesse feito um menor investimento em algumas atividades provavelmente o saldo que iria ser transitado era maior o que, provavelmente, seria motivo para que se afirmasse que o saldo transitou porquanto não se investiu. Mais referiu que o saldo negativo ora apresentado é inferior ao apresentado relativo ao ano de 2021, sendo um facto que ninguém gosta de apresentar saldo negativo, sendo óbvio que foram tomadas algumas opções, quando falamos em promover o território leva-nos a realizar determinados eventos sendo óbvio que não o podemos fazer sem qualquer tipo de gastos. Referiu que houveram algumas rubricas que efetivamente se poupou, porém não foi feita essa mesma referência, pelo que registou que o que fica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para a história é o saldo negativo, mas também fica para a história que é menos negativo que no ano transato.-----

-----O senhor Nuno Miguel Almeida Alves Baeta referiu que estamos perante a prestação de contas individuais/ano 2022 tratando-se do primeiro documento integral do mandato do PSD, pelo que da análise realizada ao documento apraz-lhe fazer menção a alguns números que nos saltam à vista. Referiu estar patente no documento em apreço a diminuição de transferência de capital, ou seja, o Governo transferiu menos fundos para o nosso território traduzindo-se num claro prejuízo para o concelho de Góis e seus habitantes. Referiu que houve claramente uma despesa superior significando a mesma mais obra, mais atividade, fazendo alusão ao saldo transitado cujo valor também diminuiu. Relativamente aos apontamentos sobre as GOP's referiu preferir elencar os equipamentos denominados de Mini Escavadora e Pá Giratória, os quais tiveram um custo significativo, porém tratam-se de ferramentas de trabalho que determinam significativamente uma melhor execução das obras por parte dos trabalhadores afetos aos serviços externos da Câmara Municipal podendo as mesmas serem constatadas por todos os presentes, fazendo também alusão à empreitada em curso da requalificação urbana do Largo António Nogueira Pereira (Terreirinho) e ruas envolventes nomeadamente se a mesma já teria sido programada pelo anterior Executivo ou se foi no presente mandato que foi tomada essa mesma decisão. Um outro assunto presentemente referenciado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal nesta sessão foi sobre algum prejuízo que a Câmara Municipal poderá estar a ter nomeadamente no que diz respeito à falta de pronuncia por parte da APA para que se possa fazer algum tipo de intervenção no leito do rio. Neste sentido, solicitou mais esclarecimento nesta matéria, porquanto se apercebeu que a Câmara Municipal não poderá proceder ao arranjo de algumas situações sem que seja dada autorização pela APA, sendo exemplo disso a situação na Praia Fluvial das Canaveias. Seguidamente fez referência à intervenção do senhor José Carlos Rodrigues Garcia, elemento da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, quando fez referência à ideologia do PSD, contudo também fez referência ao resultado líquido negativo sendo o que irá ficar na memória das pessoas, pelo que lhe apraz mencionar que devemos trabalhar para se inverter esse mesmo resultado, sendo sabido que se trata de um barco que está em alto mar e como é sabido mesmo que se trave a fundo o barco não parará no imediato pelo que vamos acreditar que o resultado do ano em curso seja diferente. Quanto à referência às festividades referiu que devem as mesmas continuar a ser realizadas porquanto se traduzem numa mais valia para a economia local fruto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das atividades promovidas pela Câmara Municipal e que atraem muitos a Góis. Referiu ainda os apoios cedidos às Instituições sem fins lucrativos, bem como às Freguesias Concelhias. Sobre as intervenções dos senhores Vereadores da Oposição, em sede do Executivo, sobre o documento em questão fez referência a uma obra que é comum a todos fazer referência que é o Mercado Municipal, tendo questionado o senhor Presidente se tem noção de qual o orçamento em que apareceu primeiro esta obra e se atualmente existe algum financiamento para realizar esta obra, tal como já existiu, para que possamos, de uma vez por todas, ter esta infraestrutura no nosso concelho, porquanto parece-lhe que Góis é dos únicos concelhos da região que não tem um mercado municipal. Mais referiu não ser por acaso que o PSD está pela primeira vez a governar este concelho desejando ter conhecimento há quanto tempo é que estamos aqui e a servir de desculpa para não se votar favoravelmente. Terminou, dirigindo as felicitações ao Executivo pelos números apresentados, sendo que em oito rubricas o investimento aumentou, havendo três em que diminuiu, porém são opções e prioridades, acreditando que os resultados do corrente ano serão melhores pelo facto de estarmos numa tendência ascendente a bem e a favor dos Goisenses.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à Praia Fluvial das Canaveias referiu que a Câmara Municipal não poderá intervir sem o parecer positivo da APA. Em relação à empreitada de requalificação urbana do Largo António Nogueira Pereira (Terreirinho) e ruas envolventes referiu que em reunião da CCDRC a Câmara Municipal foi confrontada com a existência de uma verba de 250.000,00€ pelo que se não apresentássemos um projeto não poderíamos ter esse financiamento pelo que foi apresentado projeto para a empreitada em questão. Em relação ao Mercado Municipal referiu ser do seu conhecimento que em tempos houve financiamento, tratando-se de uma necessidade apontada por todos pelo que num futuro esperemos que a obra seja concretizada.-----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus referiu que efetivamente em relação às freguesias entende que houve um pouco de injustiça para com a União de Freguesias de Cadafaz e do Colmeal facto que também se verificou em mandatos anteriores, esperando que esta situação venha a ser corrigida, ou seja, nos mandatos em que no concelho existiam 5 freguesias o apoio era atribuído às 5 freguesias, com a agregação de freguesias os apoios somente são atribuídos a 4 freguesias independentemente da extensão das mesmas, salientando que esta prática foi realizada em mandatos anteriores, entendendo ser de inteira justiça que o atual Executivo corrija essa prática pois atualmente são duas freguesias numa só. Acrescentou que em momento algum sentiu algum acréscimo de receita, compreendendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as dificuldades existentes em termos de disponibilidade de apoios financeiros por parte da Câmara Municipal bem como a intenção da Câmara Municipal em ajudar, porém os apoios que têm vindo a ser cedidos não correspondem às necessidades existentes na União de Freguesias. Referiu que o trabalho realizado neste território vai muito além do financiamento cedido pela Câmara Municipal tendo dado como exemplo que a Autarquia que preside na limpeza das aldeias financeiramente dispõe muito mais do que o valor atribuído pela Câmara Municipal. Reiterou as suas palavras sobre as dificuldades financeiras existentes estando disponível para continuar o trabalho de colaboração conjunta entre ambas as entidades para colmatar as necessidades existentes nas aldeias. Acrescentou que efetivamente irão continuar a trabalhar, porém apraz-lhe mencionar não compreender o porquê de em duas freguesias do concelho existirem trabalhadores do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal em exercício de funções nestas e na União de Freguesias isso não ser uma realidade quando existem trabalhadores da Câmara Municipal a residirem na mesma, ou pelo menos que à falta da disponibilidade de trabalhadores a União de Freguesias seja compensada com a atribuição de um subsídio no valor da remuneração de um ou dois funcionários. -----

-----Sobre a delegação e competências, referiu que pelas palavras que tem sido proferidas não tem grande esperança que venha ser uma realidade neste mandato, pelo que caso a sua pessoa não veja essa realidade espera que outros no futuro venham a vê-la.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu reiterar as palavras anteriormente por si proferidas, salientando que financeiramente também não tem muitas opções porquanto o governo não transfere verba suficiente face à dimensão e aos trabalhos que têm de ser realizados no nosso território, referindo ser intenção de colaborar financeiramente com as freguesias sempre que o orçamento municipal assim o permitir.-----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura referiu que ao invés da bancada do PSD que deseja que o barco pare a bancada do PS deseja que o mesmo ande a alta velocidade, lembrando não ser a primeira vez que o PSD se encontra a conduzir os destinos deste concelho. -----

-----Relativamente à Prestação de Contas/Ano 2022 dirigiu felicitações aos serviços da Câmara Municipal pela elaboração do documento, sendo que após análise é possível verificar a existência de uma redução na receita do ano de 2021 para o ano 2022, não contabilizando para o efeito a incorporação do saldo da gerência anterior, verificando-se também o aumento da despesa em relação ao ano de 2021 com um incremento nos bens de investimento, aquisição de bens, serviços correntes,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e despesas com o pessoal. Referiu que o PS nunca se opôs à contratação pública, mas, provavelmente, estará na altura de fazer uma reflexão sobre os valores envolvidos face à dimensão desta Câmara Municipal onde cerca de 42% do valor total da despesa é relativo ao Pessoal verificando-se um acentuado aumento facto que poderá ser questionado. Neste sentido, referiu estranhar a posição da bancada do PSD quando nos mandatos passados criticava o peso das despesas com o Pessoal, facto que no atual mandato ainda não foi alvo de qualquer observação, questionando se mantêm a mesma opinião ou se a mesma foi definitivamente alterada. Referiu que no ano de 2022 foi opção do Executivo a aquisição de equipamentos e investimento em bens materiais em detrimento de execução de obra, referiu que com as suas palavras não quer dizer que a sua bancada esteja obcecada com a realização de obras físicas, contudo não consegue compreender a fraca realização de obras e o adiamento de projetos importantes para o desenvolvimento de Góis sendo exemplo disso a Escola Básica e Jardim de Infância de Vila Nova do Ceira, loteamento da Quinta do Baião, Casa-Museu Alice Sande, Ciclovia Góis-Vila Nova do Ceira, Projetos dos Orçamentos Participativos, Parque de Lazer da Selada, entre outros. Face ao exposto, questionou se estes irão ser uma prioridade no ano em curso ou serão estes estes investimentos adiados para o último ano do mandato. Acrescentou, não compreender o facto de transitar cerca de um milhão e trezentos mil de euros entendendo que este valor deveria ter sido investido a bem do desenvolvimento de Góis. -----

-----Prosseguiu referindo estar bem patente uma desresponsabilização do Executivo alegando que a culpa é de terceiros e a fatores externos à Câmara Municipal, o facto é que o tempo vai passando e continua-se a afirmar que um ano e meio ainda é muito pouco tempo, todavia a realidade é que nos aproximamos de metade deste mandato autárquico e pouco se tem visto até à data. Referiu que a única obra realizada foi uma adjudicação aquando do mandato do PS, o Largo Manuel Francisco Martins, Cabreira, União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal, desconfiando que esta obra se ainda não tivesse sido adjudicada também não seria uma realidade. De seguida, fez referência a uma obra que bem espelha o papel deste Executivo, a requalificação do Parque Infantil do Cerejal, ou seja, o anterior parque que reputa de espetacular durante muitos anos fez as delicias das crianças, sendo um facto que com o passar dos anos o equipamento se degradou, tendo a opção do Executivo sido requalifica-lo a vários níveis, o que na sua ótica ficou claramente menos interessante do que o anterior, a par com o tempo que se prolongou a concretização deste investimento, cerca de 12 meses. Neste sentido, questionou se também será culpa de terceiros que esta obra ainda não esteja concluída,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

realçando que a atitude deste Executivo é idêntica para quase tudo a esta obra, ou seja, aparece um problema e tenta-se resolver, claramente numa política feita em cima do joelho, não havendo visão, nem estratégia, nem propostas, nem medidas que causem impacto a médio e longo prazo. Referiu que na ata da reunião da Câmara Municipal sobre o assunto em apreço o senhor Presidente mencionou que *“Contudo, cabe-me aceitar a decisão perante a apresentação de contas, salientando que também estamos a falar de uma questão política, pois quando estamos do outro lado fazemos sempre diferente e melhor, o problema é que quando estamos deste lado a dificuldade é de facto fazer a diferença e fazer melhor”*, pelo que questionou se com esta afirmação o senhor Presidente quis dizer é que faria um bom trabalho na oposição e, presentemente, não está a dar conta do recado, será que estão com dificuldade de fazer a diferença e fazer melhor, parece-lhe que sim. Face ao exposto, referiu que a bancada do PS irá se abster na votação do presente assunto. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que pelas palavras que ouviu apraz-lhe mencionar que se apercebeu a falta de informação sobre as despesas com o pessoal, salientando ter sido o governo socialista que decretou o aumento das remunerações na função pública sendo obrigatoriedade que tivemos que acatar e, naturalmente, fez com que houvesse um incremento da despesa, a par com a conclusão da avaliação do SIADAP que teve impacto nas alterações remuneratórias dos trabalhadores e, consequentemente, tiveram impacto no orçamento.-----

-----Em relação às obras elencadas referiu que naturalmente ninguém consegue concretizar tudo, facto também ocorrido aquando a gestão do PS, sendo que iremos pegar em parte destas e concretizá-las, tendo para o efeito dado prioridade àquelas que teriam sido inicialmente lançadas sendo nossa obrigação por estarmos num cargo público tendo que os compromissos ser honrados e assim o está a fazer. Referiu que quando foi feita referência à EB e Jardim de Infância de Vila Nova do Ceira mencionou que o projeto inicial é de cerca de um milhão de euros pelo que temos que ter uma opção racional sendo que o projeto está a ser elaborado pelos serviços municipais para que possa ser objeto de candidatura a fundos comunitários para que a obra possa ser executada. Em relação à ciclovía referiu que o projeto apresentado ao Executivo era demasiado perigoso a quem circulasse nesta pelo que se optou por efetuar um outro projeto para que efetivamente se possa circular em condições de segurança. Mais referiu que quando foi mencionada que a única obra relevante foi o Largo Manuel Francisco Martins, Cabreira, União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal, questionou se também se esqueceu do alcatroamento do piso de acesso a Amioso do Senhor, assunto abordado, várias vezes,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em sede de Assembleia Municipal, bem como o acesso às Aldeias do Xisto, em que parte da obra foi realizada por administração direta como é do conhecimento de todos que caso não se procedesse a esses trabalhos provavelmente não teríamos tido a passagem de uma prova de ciclismo integrante no campeonato nacional da modalidade, não sendo também na visão do membro uma obra relevante. Em relação ao parque infantil referiu que o processo decorreu fruto da degradação temporal do equipamento, salientando que, provavelmente, não deveria ter chegado a este ponto, para que já neste mandato a Câmara Municipal não tivesse sido ultimada por uma inspeção para que numa hora não fosse tudo retirado do local para que não fosse aplicada coima, facto que não se concretizou porquanto os serviços procederam no imediato aos respetivos trabalhos. Posteriormente foi feito um procedimento de contratação e somente ainda não está aberto por haver a necessidade de instalação de três candeeiros não tendo a EDP efetuado os necessários serviços, pelo que a Câmara Municipal irá tapar os buracos para que proceder à abertura deste espaço infantil. Mais referiu que quando é mencionado que o atual equipamento é menos interessante do que anterior não é isso que entende basta deslocar-se in loco e verificar a receptividade por parte do público infantil. Em relação à afirmação da diferença para melhor referiu que foi honesto quando proferir essas palavras sendo que, naturalmente, quando se está na oposição é sempre tudo mais fácil o que não corresponde quando se está na gestão confrontamo-nos com a dura realidade não nos impedindo esta que continuamos a trabalhar para fazermos melhor.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão iniciou a sua intervenção referindo que na sequência das palavras do senhor Nuno Miguel Almeida Alves Baeta quando proferiu que o mercado municipal já foi contemplado em orçamentos anteriores apraz-lhe mencionar que não é por este investimento ter estado em anteriores orçamentos que a obra não se irá concretizar, não corroborando com essa ideologia. Mais referiu ainda que o senhor José Carlos Rodrigues Garcia na sua intervenção fez alusão a que a demonstração de resultados é negativa realçando que em anteriores anos esse resultado era superior negativamente. No entanto, referiu que as previsões também beneficiaram de um aumento substancial, nomeadamente, em cerca de 600.000,00€ valor que permitiu que a demonstração de resultados diminuísse para 22.000,00€ negativos, caso o valor em questão não tivesse sido considerado, possivelmente o resultado negativo teria sido superior ao apresentado. -----

-----Continuou referindo que ao analisar a execução orçamental apraz-lhe mencionar que caso não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tivesse havido 26 alterações orçamentais seria diferente, sendo a receita de 88,75% e a taxa de execução da despesa 75,72%. Referiu que a despesa corrente é bastante superior à despesa de investimento, tendo a primeira aumentado em cerca de 15% em relação ao ano anterior. Nesta ótica referiu o valor de cerca de um milhão e meio de euros gasto em cultura, desporto e lazer, havendo necessidade de investimento nestas áreas não tendo conhecimento se o retorno deste investimento se justifica. Pelo que, provavelmente, deveria ser o mesmo objeto de reflexão e fazer como alguns Municípios vizinhos que já tomaram como procedimento “abrir mão de algumas coisas, para poderem ter outras”, face ao atual momento em que vivemos também poderíamos enveredar por esse caminho. Relativamente às freguesias referiu que muitas das vezes estas se substituem às Câmaras na concretização das pequenas obras, sendo que a União das Freguesias não tem tido o apoio que deveria ter comparativamente a outras Instituições do concelho, apesar de não ser contra ao apoio dado a estas, entende que dever-se-ia ter o mesmo olhar para com as freguesias. Reiterou as palavras do senhor Presidente da União das Freguesias quando mencionou que antes da agregação de freguesias era transferido o montante de cinco mil euros a cada uma, sendo que atualmente quatro freguesias recebem o mesmo, sendo esquecido que uma destas agrega duas e que as despesas dessa freguesia duplicaram, o que na sua ótica seria mais correto que para a União de Freguesias fosse transferido o valor de dez mil euros porquanto o território ora existente equivale a duas freguesias. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o valor transferido do ano transato foi de dez mil euros para a União de Freguesias, faltando ainda a transferência de cinco mil euros, mas o caminho faz-se caminhando.-----

-----Dada a palavra a senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que efetivamente o valor transferido, no ano passado, foi de dez mil para cada uma das freguesias, e não somente para a União de Freguesias.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal fez referência ao aumento da taxa de execução das GOP'S, valor que não foi objeto de intervenção por parte dos membros que usaram da palavra, o que significa que se fez obra o que efetivamente se cumpriu com o que planeou em orçamento. Quanto às alterações orçamentais referidas na intervenção, saldo transitado, questionou se têm conhecimento de algum município que não tenha tido este procedimento, tendo dado como exemplo que na CIM RC o saldo transitado foi de oito milhões não querendo dizer que com este valor a Comunidade Intermunicipal não tenha feito obra, claro que fez, um outro exemplo o Município de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Figueira da Foz que o valor são cerca de vinte milhões de euros, decorrendo estes valores da própria dinâmica das câmaras municipais porquanto nem sempre se consegue realizar o que se pretende. Em relação aos números apresentados inicialmente na intervenção da senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu ser uma questão contabilista resultando estes da mesma.-----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte referiu que o documento espelha perfeitamente a realidade do ano de 2022 pelo que lhe apraz apresentar umas notas da avaliação política do documento. Referiu que 26 alterações não se tratam de uma navegação à vista, mas se calhar é resultado de gerir à vista e, de facto, ao longo do ano poder-se-ia reafectar alguns meios, neste caso, às freguesias. Referiu que tendo em conta os apoios cedidos às freguesias comparativamente a outras instituições apraz-lhe mencionar que efetivamente as freguesias são o parente pobre desta atribuição de apoios a instituições concelhias, não residindo quaisquer dúvidas, sendo importante que esta situação se alterasse. Mais referiu que todas as obras que qualquer Município concretiza é a pensar no bem das suas comunidades, porém olhando para o resultado final do nosso orçamento era importante ter conhecimento do custo/retorno de muitas iniciativas que se realizaram no concelho, referindo que quando faz alusão ao retorno fá-lo não economicamente, mas sim ao impacto social, cultural, porquanto existem algumas dúvidas de qual o impacto que alguns dos eventos realizados possam trazer ao concelho, pelo que poderíamos fazer uma gestão mais acautelada sobre os recursos que temos disponíveis.-----

-----O senhor Presidente referiu que alguns eventos são realizados tendo em conta que são de interesse municipal sendo que algumas das iniciativas não têm um custo tão acentuado, com muitos pensam, pelo que tentamos sempre fazer a avaliação do custo/retorno sendo que se tivéssemos optado pela não realização de alguns eventos provavelmente estaríamos a ser acusados de alguma inércia, porém tratam-se de opções e teremos sempre a oportunidade de fazer as avaliações necessárias para se fazer o que se entende ser importante para o concelho de Góis.-----

-----O senhor Nuno Miguel Almeida Alves Baeta, em defesa da honra referiu, concordar com a senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão no que concerne à construção do Mercado Municipal devendo ser uma das prioridades deste Executivo porquanto somos uma ilha em relação aos concelhos que possuem esta infraestrutura. Referiu que para si o que é caricato é quem já esteve a governar Góis, e que na altura existiam fundos a 100%, hoje se venha escudar numa destas obras para se abster na votação ao documento. Sobre a agregação das freguesias referiu partilhar da opinião porquanto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em 2013 foi uma das pessoas que na altura foi ao parlamento protestar essa mesma agregação e essa foi injusta, lembrando que, a pessoa que ocupava o Vice Presidência da Câmara Municipal era o candidato do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, sendo à sua pessoa que deveriam solicitar que essa injustiça fosse reposta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com nove votos a favor, dos membros do PSD, e dez abstenções dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis e do PS, aprovar a Prestação de Contas Individuais/Ano 2022.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneio de Ascensão apresentou a seguinte declaração de voto:” A minha abstenção na votação do presente assunto fundamenta-se no teor da minha intervenção”.-----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus apresentou a seguinte declaração de voto: “ Fundamento a minha posição, a abstenção, nas palavras proferidas relativamente ao assunto em questão”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----6. CONHECIMENTO DO RELATÓRIO E PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS/ANO 2022-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório e Parecer do Órgão de Fiscalização e Certificação Legal de Contas relativas ao exercício findo em 2022, apresentado por Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.-----

-----O presente assunto foi aprovado em minuta para efeitos imediatos.-----

-----7. CONHECIMENTO DA COMUNICAÇÃO PERIÓDICA DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)/AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - ANO 2023-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Assembleia Municipal em 28.12.2022, deliberou, para os efeitos previstos na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA), na redação atual, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação (exceto se implicar aumento de despesa), por parte da Câmara Municipal, delegada no Presidente da Câmara, nos seguintes casos: a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) Os encargos decorrentes de cada compromisso não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. No entanto, refere ainda a referida autorização prévia genérica que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação na qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da mesma. Face ao exposto, deu conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos no período compreendido entre 01.02.2023 e 31.03.2023.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----8. CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA --

-----A senhora Presidente indagou, se sobre este Relatório, pretendiam os membros desta Assembleia alguns esclarecimentos, não tendo havido qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----APROVAÇÕES EM MINUTA: -----

-----Foram aprovadas em minuta para efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as deliberações respeitantes aos pontos um antes da Ordem do dia e um a seis da Ordem do Dia. -----

-----PÚBLICO:-----

-----a) O senhor Hugo Miguel Nunes Gonçalves, freguesia de Alvares, apelou a que a Câmara Municipal disponibilizasse em todas as aldeias um Kit de Primeira intervenção como medida de salvaguarda às localidades em caso de ocorrência de incêndio rural. De seguida fez alusão aos detritos deixados no local quando os trabalhadores da Câmara Municipal abriram as comportas em Mega Cimeira.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que no que concerne à primeira questão a Proteção Civil tem sinalizadas todas as situações para fazer essa primeira intervenção. Quanto à segunda questão referiu que irá tomar nota para que os serviços procedam à remoção do lixo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal encerrou a sessão, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que irá ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, pela senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta, Primeira Secretária eleita pela Assembleia Municipal e pela senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, Segunda Secretária eleita pela Assembleia Municipal.-----

A Presidente da Assembleia Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Maria Helena Antunes Barata Moniz)

A Primeira Secretária

(Aida de Jesus Garcia Martins Baeta)

A Segunda Secretária

(Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões)